América Latina discute as bases para uma nova agenda sindical

Encontro realizado na Argentina promoveu intercâmbio de ideias entre entidades representativas de docentes de universidades de nove países da região

Por Maurício Boff, de Buenos Aires

Carlos Alberto De Feo, secretário geral do Conadu (esq), Combertty Rodríguez García, coordenador regional principal da Internacional da Educação para América Latina (IEAL), e Yamile Socolovsky, coordenadora geral do Instituto de Estudos e Capacitação (IEC) trocaram ideias com representantes de sindicatos de docentes de nove países da região

A busca por uma solução para as dificuldades enfrentadas pelo setor de educação superior pública nos países latino-americanos levou entidades representantes de docentes de nove países diferentes a dialogarem sobre o problema, entre os dias 15 e 16 de julho, em Buenos Aires. A II Reunião Latino-americana de Organizações Sindicais do Ensino Superior iniciou um ciclo de ação coletiva, em que pretende levar ao pé da letra o bordão "a união faz a força", e que muitos preferem chamar como a "nova agenda". O primeiro encontro do gênero aconteceu em 2009.

O recente intercâmbio de ideias ocorreu na sede da Federação Nacional de Professores Universitários (Conadu), e foi organizado pela Internacional da Educação para a América Latina (IEAL). O objetivo era promover o desenvolvimento de uma integração entre as entidades sindicais de docentes das universidades da região. A IEAL pretende intensificar sua representatividade entre os sindicatos de professores do ensino superior. Muitas entidades que estiveram presentes na reunião, como a Adufrgs-Sindical e o Proifes, participaram como convidados. "A união de todos os sindicatos da América Latina é o motivo pelo qual se faz necessário projetar um marco regional", defendeu Yamile Socolovsky, coordenadora geral do Instituto de Estudos e Capacitação do Conadu.

A diretora do Escritório da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal), em Washington, Inés Bustillo, afirmou recentemente que "a miséria na América Latina segue sendo extremamente alta: 40% da população vive em condição de pobreza e desses, 16% vive na indigência". As lideranças sindicais envolvidas no debate na Argentina sabem que os problemas sociais são um entrave profundo na adequação de uma agenda comum – e que refletem em diversos setores da vida social, como na educação – mas também acreditam no diálogo coletivo para resolver dificuldades que se assemelham.

O conceito de nova agenda para os docentes latino-americanos passa pela construção de uma estratégia político-sindical a partir da perspectiva de diferentes organizações do ensino superior. Na reunião de julho, iniciou-se o trabalho de reunir depoimentos sobre as realidades parecidas e as diferenças entre as instituições públicas dos países distintos, a fim de diagnosticar quais são as principais dificuldades. O relatório regional produzido será levado ao encontro mundial da IEAL, que acontece em setembro, em Vancouver (Canadá), e também servirá de guia para as reivindicações dos docentes na América Latina.

Entre os diversos assuntos que preocupam, o coro comum entre as lideranças sindicais é o apontamento da privatização de escolas e de universidades; a piora da qualidade do serviço público; a - cada vez mais - constante presença de empresas educacionais transnacionais na região; as condições de trabalho insuficientes para o bom desempenho da docência, principalmente a partir da redução dos investimentos com ensino e pesquisa; a integração regional; a fuga de cientistas para instituições que lhes ofereçam uma maior capacidade para o desenvolvimento da pesquisa; a falta de apoio para a implementação de uma política consistente para a manutenção qualitativa das universidades públicas, e a necessidade de que estas instituições sejam de acesso a todos.

Mais pobres têm dificuldade para ingressar no ensino público

Representantes dos sindicatos do ensino superior de universidades da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Uruguai participaram da reunião. Além da Adufrgs-Sindical, a delegação brasileira foi representada por lideranças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes).

Os brasileiros levaram um relato do que acontece no País e reafirmaram convicções de que uma universidade pública e de qualidade precisa ser gratuita. O vice-presidente do Proifes, Eduardo Rolim de Oliveira, ressaltou que é fundamental a regulação do setor privado, a busca pelo financiamento público onde isso ainda não existe e a busca por um "mais profundo" desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Oliveira acredita que uma das principais vitórias do encontro foi o diagnóstico das distintas realidades, e o consequente intercâmbio desta ação sindical entre as lideranças. "O Brasil é um país muito maior, do ponto de vista de mercado e de salário, onde o professor no topo da carreira ganha em torno de US$ 8 mil", afirmou durante o evento. Em países como a Argentina, por exemplo, o teto fica entre US$ 5 mil e US$ 6 mil.

O presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo, apresentou dados que indicam a necessidade de se pensar um plano estratégico não apenas no Brasil, mas em todos os países regionais. Segundo ele, qualquer mudança no ensino superior só será sentida se os ensinos fundamental, médio e técnico também sofrerem alterações positivas. Ele citou a realidade brasileira: nove a cada dez jovens de 18 a 24 anos da pequena parcela que chega à universidade são das famílias 90% mais ricas, e apenas 3% são das famílias 20% mais pobres. "Isso nos leva a concluir que 97% dos estudantes das famílias 20% mais pobres têm, no máximo, um diploma de ensino médio", apontou Gil. O presidente do Proifes contou, ainda, que esse mesmo aluno que não conseguiu ingressar no sistema público pode ser tentado pela oferta da universidade privada, que oferece um diploma que o mercado futuramente irá recompensar pagando um salário duas vezes maior do que ganharia tendo apenas com o ensino médio. "Ou olhamos o conjunto da solução e os problemas das diferentes camadas sociais e educacionais, ou continuaremos dando espaço para a ação das transacionais da educação", ressaltou.

Privatização das universidades a serviço de interesses particulares

O processo de privatização varia para cada país latino-americano. De um lado, ela avança à medida que o setor público é desatendido pelo Estado e, também, pela facilidade que o setor privado encontra para se desenvolver. A coordenadora geral do Instituto de Estudos e Capacitação

Entre os integrantes da delegação brasileira (posando para foto, junto ao banner do evento), o vice-presidente do Proifes, Eduardo Rolim de Oliveira (de óculos, à esq) destacou que o Brasil, apesar de ser um dos mercados da educação mais privatizados da América Latina, investe fortemente no setor do ensino público superior

do Condau afirmou que essa mercantilização do sistema público tem início quando a universidade começa a atuar em função de interesses particulares. "As universidades seguem públicas e mantêm as características de abertura, mas, como é o caso da Argentina, de ingresso gratuito e livre, elas sofrem a privatização porque a pesquisa é orientada para interesses particulares", ressaltou Yamile.

A instituição de ensino superior passa a perder autonomia já no seu interior. Yamile lembrou que na década de 90 se reduziu o financiamento público, e a universidade passou a buscar parcerias, através de venda de serviços para empresas e de captação de recursos fora da esfera estatal. "São mecanismos de vinculação que orientam o trabalho que se faz nas instituições de ensino público superior e muitas vezes não capturam o esforço desprendido pela universidade, mas dos grupos que estão financiando", ressaltou.

Rolim afirmou que "fica muito claro que os mercados tendem a fazer as coisas acontecerem". Diferente da Argentina, o vice-presidente do Proifes aposta em um momento de desprivatização no Brasil. "Não pelo travamento da existência de mercado privado, mas através de um crescimento do setor público", destacou. "É impressionante que o Brasil seja um dos mercados de educação mais privatizados na América Latina, e ao mesmo tempo se veja um forte investimento público no setor universitário", concluiu.

Integração regional das instituições é uma das metas da nova agenda

"Eu acredito que necessitamos de uma educação com possibilidade de criar usinas de pensamentos a fim de combater a lógica hegemônica. Ainda não sabemos qual é o ponto de chegada, mas vivemos em um mundo em que

O encontro reuniu dezenas de representantes de entidades sindicais da América Latina, entre eles Gil Vicente Reis de Figueiredo, presidente do Proifes (esq), Claudio Suasnábar, coordenador do Observatório Sindical de Políticas Universitárias do Conadu (centro), Fátima da Silva, vice-presidente do Comitê Regional da Internacional da Educação para América Latina (IEAL), e Carlos Alberto De Feo, secretário geral do Conadu (dir)

precisamos inventar uma via de saída popular. Esta ação deverá ser baseada na cooperação, na distribuição de riquezas, na defesa dos direitos humanos, na força de quem vem do campo e na classe trabalhadora". As palavras de Combertty Rodríguez García, coordenador regional principal da Internacional da Educação para América Latina, sintetizam elementos para o futuro da integração regional em instituições latino-americanas de ensino público.

A cooperação internacional no campo da pesquisa e intercâmbio é uma realidade antiga entre as instituições acadêmicas da região. Países como Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e México possuem políticas sólidas para o incentivo à investigação. Porém, as diferenças são notáveis. "O Brasil fez uma opção estratégica ao criar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) depois da II Guerra Mundial e, hoje, forma mais de dez mil doutores por ano em mais de 100 universidades públicas", apontou Rolim. A agência de fomento exerce um trabalho de sistematização do apoio à pesquisa científica e tecnológica. A produção científica brasileira está entre as 15 de maior volume no mundo, e representa cerca de 2% da produção mundial, de acordo com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Yamile Socolovsky defendeu que a união entre os países é necessária para acompanhar o processo de integração política na região, o que permite que a América Latina tenha uma maior autonomia relativa em relação aos países centrais. "Mas o modelo que temos que construir precisa ser baseado em nossas próprias experiências, não devemos copiar o que já foi feito", alertou. Em linhas gerais, segundo ela, os processos de integração ajudam a fortalecer a educação pública, geram condições de autonomia, minimizam os efeitos do mercado transnacional e estimulam, inclusive, o desenvolvimento dos países em situações menos favorecidas. "Precisamos pensar a união em princípios de solidariedade e cooperação, e não apenas no mercado e em quem vai ganhar mais", apontou Yamile.

Adufrgs-Sindical está inserida na nova agenda

De acordo com José Carlos Freitas Lemos, 1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, a participação no evento promovido na Argentina teve uma importância estratégica para a Entidade. "Enquanto sindicato das instituições federais de ensino superior de Porto Alegre, não poderíamos deixar de visualizar este cenário, nem de inserirmos a entidade em uma rede e em um movimento de articulação entre os sindicatos de docentes do ensino superior da América Latina e do mundo", avalia Lemos destacando que a Internacional de Educação é uma organização mundial que agrupa quase 300 sindicatos de aproximadamente 150 países diferentes da Europa, das Américas, África e Ásia.

De acordo com o 1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, a ação coletiva internacional é um processo novo na luta sindical. "Somos acostumados a olhar para os nossos problemas dentro do Brasil - para as questões da Capital e do Rio Grande do Sul e para as questões de âmbito nacional. Esta consciência de uma inserção no cenário latino-americano e global é nova", comenta. Lemos acredita que os sindicatos têm se constituído em instrumentos políticos de conscientização e de pressão contra os programas neoliberais. "Nesse sentido, eles se constituem em forças localizadas nos diferentes países que auxiliam em avanços nas construções de Estados e de suas orientações".

Ele diz que a meta e agenda da IEAL podem ser resumidas no diagnóstico dos problemas comuns dos sistemas de ensino superior na América Latina e de êxitos de algumas organizações sindicais nacionais na defesa dos Direitos Humanos, da paz, da democracia, da justiça social, da defesa da educação para todos e da promoção dos princípios da Organização Mundial do Trabalho. "Tudo isso, para que se torne possível a superação dos programas políticos neoliberais implementados durante a década de 90. Este tipo de conhecimento é fundamental também para a Adufrgs. Nós devemos participar", finaliza.